

LUIS FELIPE SPINELLI

*Doutorando em Direito Comercial pela USP
Mestre em Direito Privado pela UFRGS
Advogado*

RODRIGO TELLECHEA

*Doutorando em Direito Comercial pela USP
Advogado*

JOÃO PEDRO SCALZILLI

*Doutorando em Direito Comercial pela USP
Mestre em Direito Privado pela UFRGS
Advogado*

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2013
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 - Centro - São Paulo

Contato: *quartierlatin@quartierlatin.art.br*
www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

**Diagramação: Victor Guimarães Sylvio;
José Ubiratan Ferraz Bueno**

Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares

Capa: Eduardo Nallis Villanova

SPINELLI, LUIS FELIPE, TELLECHEA, RODRIGO; SCALZILLI,
JOÃO PEDRO. Recuperação Extrajudicial de Empresas – São Paulo:
Quartier Latin, 2013.

ISBN 85-7674-681-6

1. Direito Falimentar. I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Falimentar

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	9
Prefácio por Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França	11

INTRODUÇÃO, 13

CAPÍTULO I

APRESENTAÇÃO DA LEI 11.101/05, 19

1. Regimes jurídicos.....	22
1.1. Recuperação judicial	23
1.2. Recuperação extrajudicial	24
1.3. Falência.....	25
2. Função da Lei Falimentar e Recuperatória.....	26
3. Mudança de Paradigma	29
4. Objetivos e Princípios.....	32
4.1. Preservação da empresa	32
4.2. Retirada do mercado da empresa inviável.....	36
4.3. Participação ativa dos credores.....	37
4.4. Separação dos conceitos de “empresa” e “empresário”	39
4.5. Redução do custo do crédito.....	40
4.6. Proteção ao trabalhador	41
4.7. Preservação e maximização dos ativos do falido	43
4.8. Celeridade, eficiência e economia processual.....	44
4.9. Segurança jurídica e previsibilidade	46
4.10. Favorecimento das empresas de menor porte.....	47
4.11. Rigor na punição dos crimes falimentares e recuperatórios.....	47

CAPÍTULO II

ANATOMIA DO REGIME DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, 49

1. Lógica da Recuperação Extrajudicial e sua Natureza Jurídica.....	59
2. Judicialidade pela Homologação do Plano.....	64
3. Inovação Legal?	66
4. A Recuperação Extrajudicial nos Projetos de Lei 4.376/93 e 71/2003.....	70

4.1. A Câmara dos Deputados e o Projeto de Lei 4.376/93	70
4.2. O Senado Federal e o Projeto de Lei 71/2003.....	72
5. A Racionalidade Econômica da LFRE	74
5.1. As premissas da análise econômica do Direito e o Direito Concursal.....	75
5.2. Perspectivas da recuperação extrajudicial sob o enfoque da análise econômica do Direito	80

CAPÍTULO III

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO REGIME, 85

1. Vantagens.....	87
2. Desvantagens	91
3. Funcionamento e Participação do Poder Judiciário.....	95
4. Requisitos e Legitimação.....	96
4.1. Empresarialidade (arts. 1º; 2º; 48, <i>caput</i> ; c/c art. 161, <i>caput</i>)	97
4.2. Regularidade (art. 48, <i>caput</i> ; c/c art. 161, <i>caput</i>)	101
4.2.1. Nota sobre o prazo.....	102
4.2.2. Nota sobre a comprovação do requisito	103
4.2.3. Nota sobre a verificação de inatividade.....	103
4.3. Não ser falido ou pelo menos ter obtido a extinção das suas responsabilidades (art. 48, I, c/c art. 161, <i>caput</i>)	104
4.4. Não ter sido condenado por crime previsto na LFRE (art. 48, IV, c/c art. 161, <i>caput</i>).....	105
4.5. Não ter sócio controlador ou administrador condenado por crime previsto na LFRE (art. 48, IV, c/c art. 161, <i>caput</i>).....	106
4.6. Não ter pendente pedido de recuperação judicial (art. 161, § 3º).....	109
4.7. Não ter se valido de recuperação judicial ou extrajudicial nos últimos dois anos (art. 161, § 3º).....	109

CAPÍTULO IV

PLANO DE RECUPERAÇÃO, 113

1. Caracterização do Plano como Contrato	115
2. Participação dos Credores.....	116
3. Demonstração da Viabilidade Econômico-Financeira	117

3.1. Fatores que facilitam o processamento da recuperação extrajudicial.....	118
3.2. Fatores prejudiciais à recuperação extrajudicial: a (ausência de) suspensão de direitos, ações, execuções e a (im)possibilidade de decretação da falência do devedor.....	119
4. Créditos Excluídos da Recuperação Extrajudicial.....	128
5. Forma e Conteúdo.....	130
6. Limites e Restrições de Conteúdo.....	133
7. Alcance.....	135
8. Intervenção do Juiz na Análise do Plano.....	135
9. Modalidades do Regime.....	138
9.1. Recuperação Extrajudicial Facultativa.....	139
9.2. Recuperação Extrajudicial Impositiva (“ <i>cram down</i> ”).....	144
9.3. O art. 167 da LFRE e os acordos privados firmados entre o devedor e seus credores.....	151
10. Os Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos.....	155
10.1. Mediação e Conciliação.....	157
10.2. Arbitragem.....	160
10.2.1. A Recuperação Extrajudicial e a Cláusula Compromissória Escalonada.....	170

CAPÍTULO V

PROCEDIMENTO, 173

1. Foro Competente.....	175
2. Petição Inicial.....	176
3. Início do Processamento.....	180
3.1. Exame da petição inicial.....	180
3.2. Deferimento do processamento e providências complementares: edital e carta aos credores.....	180
4. Impugnação.....	182
4.1. Processamento da Impugnação.....	185
5. Manifestação do Ministério Público.....	186
6. Saneamento.....	187
7. Sentença.....	187
8. Recurso.....	189
9. Processamento da recuperação extrajudicial: organograma.....	191

CAPÍTULO VI

ASPECTOS PÓS-APROVAÇÃO DO PLANO, 193

1. Efeitos da sentença	195
1.1. A formação de título executivo judicial na LFRE.....	195
1.2. Produção de efeitos.....	198
2. Fiscalização.....	200
3. Descumprimento do Plano.....	200
3.1. O descumprimento do devedor e a execução da sentença homologatória	201
3.2. O Descumprimento do devedor e o pedido de falência.....	202
4. Risco para o Adquirente dos Bens do Devedor	203
5. Possibilidade de Declaração de Ineficácia ou Revogação de Atos Praticados Durante a Vigência do Plano.....	206
6. A Falência do Devedor e os Créditos Decorrentes de Obrigações Contraídas Durante a Recuperação Extrajudicial.....	209

CONCLUSÃO, 211

Referências Bibliográficas.....	223
Jurisprudência Referida	234